

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO PARA A ÁREA DE APOIO À DIREÇÃO/SECRETARIADO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA**

**Prova de Conhecimentos**

Esta Prova de Conhecimentos é constituída por dois grupos:

Grupo I – Questões de Desenvolvimento

Grupo II – Questões de escolha múltipla

As fotocópias dos Diários da República que poderá consultar, **não podem conter quaisquer anotações**. Os membros do júri presentes na sala irão, no decorrer da prova, verificar a legislação trazida pelos candidatos. A prova será imediatamente anulada aos candidatos que tenham na sua posse a legislação anotada.

Serão facultadas folhas para resolução da prova, as quais terão cabeçalho destacável, a fim de manter o anonimato das mesmas.

Durante a prova, em cima da mesa, apenas poderá ter o presente enunciado da prova, folhas de resolução da prova, a caneta, a legislação e o BI/CC.

A prova de conhecimentos tem a duração de 90 minutos.

Boa sorte!

**A prova terá uma escala de 0 a 20.**

**Grupo I (das 6 questões serão sorteadas 2)**

Grupo I – Questões de Desenvolvimento

Cada questão tem um valor de 5 pontos.

**Pergunta 1** - Uma unidade orgânica do Instituto Politécnico de Lisboa pretende alugar o auditório para a realização de um evento. Sendo esta uma instituição de ensino superior público, explique se o aluguer referido é ou não possível, fundamentando a sua resposta.

**Pergunta 2** - Indique quais os deveres dos trabalhadores em funções públicas, e escolha dois que lhe pareçam mais relevantes para o exercício de funções de assistente técnico na área de apoio à direção/secretariado, fundamentando a sua resposta.

**Pergunta 3** - Tendo como suporte os Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa, enumere os órgãos que nele estão previstos e com base nas suas competências trace, em breves palavras, o perfil de cada um deles.

**Pergunta 4** - De acordo com o regime jurídico, identifique três atribuições das instituições do ensino superior.

**Pergunta 5** - Qual o regime de faltas aplicável aos trabalhadores com vínculo de emprego público (contrato de trabalho em funções públicas e nomeação)?

**Pergunta 6** - Quais são as modalidades de período experimental e como se distinguem?

**Grupo II (das 24 questões serão sorteadas 8)**

**Grupo II – Questões de Escolha múltipla**

Para cada questão identifique a resposta mais completa ou a correta.

Cada questão tem um valor de 1,25 pontos.

**Questão 1**

Qual dos seguintes órgãos, não constitui os órgãos de governo do IPL:

- a) Conselho Geral;
- b) Conselho de Gestão;
- c) Presidente;
- d) Conselho Técnico-Científico.

**Questão 2**

Qual das seguintes competências não pertence ao Presidente do Instituto Politécnico:

- a) Aprovar a concessão de títulos ou distinções honoríficas, sob parecer favorável do Conselho Académico;
- b) Aprovar a criação, suspensão e extinção de cursos, com base em proposta das unidades orgânicas, nos termos da lei;
- c) Fixar as taxas e emolumentos;
- d) Atribuir apoios sociais aos estudantes no quadro da ação social escolar, nos termos da Lei.

**Questão 3**

Quem tem competência para a fixação de propinas:

- a) Presidente do Instituto Politécnico;
- b) Conselho Geral;
- c) Conselho de Gestão;
- d) Reitor.

**Questão 4**

O IPL é constituído pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho geral, Conselho de gestão, Conselho permanente e Conselho Académico;
- b) Conselho geral e Conselho de gestão;
- c) Conselho geral, Presidente, Conselho de gestão, Conselho permanente e Conselho Académico;
- d) Presidente, Conselho geral e Conselho de gestão.

**Questão 5**

Nos termos da legislação aplicável às instituições de ensino superior, quais os tipos de autonomia que as mesmas possuem:

- a) Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial;
- b) Autonomia Estatutária, Científica, Pedagógica, Cultural, Administrativa, Financeira, Disciplinar e Patrimonial;
- c) Autonomia Administrativa, Financeira, Patrimonial e Disciplinar;
- d) Autonomia Estatutária, Científica, Pedagógica, Cultural, Administrativa;

**Questão 6**

As instituições de ensino superior politécnico podem atribuir graus de:

- a) Licenciados;
- b) Licenciados e Mestres;
- c) Doutores;
- d) Todas as anteriores.

**Questão 7**

Nos termos do Código de Procedimento Administrativo, o prazo para apresentar reclamação e recurso contra a omissão ilegal de ato administrativo é:

- a) Um ano;
- b) Seis meses;
- c) 30 dias;
- d) 15 dias;

**Questão 8**

Nos prazos dos atos administrativos são considerados os sábados, domingos e feriados?

- a) Sim, em qualquer situação;
- b) Sim, se o prazo for superior a seis meses;
- c) Sim, se o órgão ou agente administrativo assim o determinar no momento da notificação;
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 9**

As faltas podem ser justificadas ou injustificadas. São consideradas faltas justificadas:

- a) As dadas por conta do período de férias;
- b) A motivada pela prestação de assistência adiável e prescindível a filho, a neto ou a membro do agregado familiar do trabalhador;
- c) As motivadas por deslocação a estabelecimento de ensino de responsável pela educação de menor por motivo da situação educativa deste, pelo tempo estritamente necessário, até oito horas por trimestre, por cada menor;
- d) As motivadas pela necessidade de tratamento ambulatorio, realização de consultas médicas e exames complementares de diagnóstico, que possam efetuar-se fora do período normal de trabalho;
- e) Nenhuma das anteriores.

**Questão 10**

Qual dos seguintes princípios determina que a Administração Pública tem o dever de se pronunciar sobre todos os assuntos da sua competência que lhes sejam apresentados e, nomeadamente, sobre os assuntos que aos interessados digam diretamente respeito, bem como sobre quaisquer petições, representações, reclamações ou queixas formuladas em defesa da Constituição, das leis ou do interesse público.

- a) Princípio da boa-fé;
- b) Princípio da decisão;
- c) Princípio da gratuidade;
- d) Princípio da igualdade;
- e) Nenhuma das anteriores;

**Questão 11**

Segundo a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o dever de ... consiste em conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas.

- a) Imparcialidade;
- b) assiduidade;
- c) zelo;
- d) lealdade.

### **Questão 12**

O Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL):

- a) Fixa anualmente e de forma discricionária, livre, o valor das propinas para todos os alunos e em qualquer dos graus – Licenciatura e Mestrado;
- b) Fixa anualmente e de forma discricionária, livre, o valor das propinas para cada uma das unidades orgânicas, em qualquer dos graus, depois de ouvidas aquelas unidades orgânicas;
- c) Pode apresentar uma proposta ao Conselho Geral para fixação de propinas depois de ouvidas as unidades orgânicas, sendo este órgão a deliberar;
- d) Pode apresentar uma proposta ao Conselho Geral, mas este delibera como entender mais útil para o equilíbrio financeiro do IPL.

### **Questão 13**

O horário de trabalho de um colaborador é das 08h30 às 12h30 e das 13h30 às 16h30. Considerando o previsto no Regulamento Interno de Duração e Organização do Tempo de Trabalho no Instituto Politécnico de Lisboa, qual a modalidade de horário que pratica?

- a) Horário rígido;
- b) Horário flexível;
- c) Horário desfasado;
- d) Todas as anteriores.

### **Questão 14**

Num ato administrativo quais as menções obrigatórias a constar?

- a) A indicação da autoridade que o pratica e a menção da delegação ou subdelegação de poderes, quando exista, assim como a identificação adequada do destinatário ou destinatários;
- b) A enunciação dos factos ou atos que lhe deram origem, quando relevantes;
- c) A fundamentação, quando exigível, o conteúdo ou o sentido da decisão e o respetivo objeto, a data em que é praticado e a assinatura do autor do ato ou do presidente do órgão colegial que o emana;
- d) Todas as alíneas das anteriores.

**Questão 15**

A quem não se aplica a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTPF);

- a) Administração direta e indireta do Estado e com as adaptações em matéria de competências dos respetivos órgãos próprios à administração regional autónoma e autárquica;
- b) Órgãos e serviços de apoio à Assembleia da República, sem prejuízo de regimes especiais e com as adaptações impostas pela observância das correspondentes competências;
- c) Órgãos e serviços de apoio do Presidente da República, dos tribunais, Ministério Público e respetivos órgãos de gestão e outros órgãos independentes, e ao pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 16**

Pode um trabalhador acumular as funções com outras funções privadas?

- a) Sim, independentemente da atividade a desenvolver nas funções privadas;
- b) Não, em nenhuma circunstância é permitida a acumulação;
- c) Sim, se para tal estiver autorizado e as funções não forem concorrentes, similares ou conflitantes com as suas funções públicas;
- d) Sim, desde que as funções privadas não sejam remuneradas.

**Questão 17**

De quem é a competência para autorizar a disponibilização dos espaços físicos?

- a) Do Presidente do Politécnico Lisboa, no caso dos Serviços da Presidência, dos Serviços de ação Social e das Unidades Orgânicas;
- b) Do Presidente do Politécnico Lisboa, no caso dos Serviços da Presidência e dos Serviços de ação Social;
- c) Dos Presidentes/Diretores nas respetivas suas Unidades Orgânicas;
- d) Nenhuma das anteriores.



**Questão 18**

Não é possível reclamar-se de ato administrativo que tenha decidido de anterior reclamação ou recurso administrativo:

- a. Salvo com fundamento em omissão de pronúncia;
- b. Só nos casos de reclamação necessária;
- c. Só nos casos de recurso hierárquico necessário;
- d. Se o autor do ato administrativo assim o autorizar;

**Questão 19**

Compete aos Órgãos da Administração Pública prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos nos termos do princípio geral da atividade administrativa:

- a. Prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos;
- b. Participação;
- c. Boa-fé;
- d. Colaboração com os particulares.

**Questão 20**

Ocorrendo a doença de um trabalhador que exerce funções públicas, com vínculo de emprego público, abrangido pelo regime de proteção social convergente, em regra, os primeiros três dias são:

- a. Pagos integralmente pelo empregador público;
- b. Pagos pela Segurança Social;
- c. Não são pagos;
- d. Poderão ser pagos se o dirigente máximo do serviço assim o entender.

**Questão 21**

O vínculo de emprego público suspende-se:

- a. Por doença que ocorra consecutivamente há mais de um mês;
- b. Por cinco faltas injustificadas consecutivas;
- c. Por dez faltas injustificadas interpoladas;
- d. Por falta injustificada ocorrida à sexta-feira ou à segunda-feira.

**Questão 22**

A mobilidade na categoria (operada entre dois órgãos ou serviços) pode ser consolidada quando se verificarem, cumulativamente, todos os requisitos previstos na lei e por vontade expressa de:

- a) Do dirigente máximo do órgão ou serviço de destino;
- b) Do membro do governo que tutela o órgão ou o serviço de destino;
- c) Dos dirigentes máximos do órgão ou serviço de origem do trabalhador e do órgão ou serviço de destino;
- d) Nenhuma das alíneas anteriores;

**Questão 23**

As carreiras dos trabalhadores com relação jurídica de emprego público distinguem-se em:

- a. Gerais, especiais, unicategoriais, pluricategoriais, de grau de complexidade funcional 1, 2 e 3;
- b. Horizontais e verticais;
- c. De grau de complexidade funcional 1, 2 e 3;
- d. Gerais, especiais, unicategoriais, pluricategoriais, horizontais e verticais.

**Questão 24**

Os órgãos do Instituto Politécnico de Lisboa:

- a. São eleitos por sufrágio direto e universal;
- b. São órgãos de gestão, de consulta, de supervisão, colegiais e singulares;
- c. São órgãos colegiais ou singulares;
- d. Nenhuma das alíneas anteriores.

**FIM**

Assinado por: **André do Couto Sendin**  
Num. de Identificação: [REDACTED]  
Data: 2023.09.01 10:53:57 +0100

Assinado por: **CLÁUDIA SOFIA BARATA VALENTE**  
Num. de Identificação: [REDACTED]  
Data: 2023.09.01 10:44:09+01'00'



Assinado por: **Paula Alexandra Ferreira Besteiro  
Dias**  
Num. de Identificação: [REDACTED]

